



ÍNDIOS XURUCUS ocupam as bancadas da Comissão de Direitos Humanos da Câmara. Eles estão em Brasília, onde já conversaram com o presidente do Supremo Tribunal Federal, Celso de Mello, e com o

secretário-executivo do Ministério da Justiça, Paulo Afonso de Oliveira, para pedir providências contra fazendeiros que tentam tomar suas terras em Pesqueira (PE) e já mataram três deles. O PAÍS, página 10

06/09/98
Xurucus 57
2.2.10

O globo
5/6/98 10 cont.

Crimes contra xurucus preocupam comissão

Ação de fazendeiros em reserva já resultou no assassinato de três índios, entre eles o cacique

• BRASÍLIA. A Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados vai realizar na semana que vem uma audiência pública em Pesqueira (PE), onde a ação de fazendeiros nas terras dos índios xurucus já resultou no assassinato de três pessoas. Em 20 de maio passado, o principal líder dos xurucus, o cacique Francisco de Assis de Araújo, o Chicão, foi morto com cinco tiros numa emboscada, depois de passar dez anos sendo ameaçado de morte pelos fazendeiros que reivindicam os 27 mil hectares da reserva Xucuru. A área está reconhecida desde 1994 pelo Ministério da Justiça, mas sua demarcação está emperrada por causa de um mandado de segurança impetrado pelos fazendeiros e acatado pelos ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Um grupo de 40 xurucus esteve ontem na Câmara dos Deputados e se reuniu com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Celso de Mello. Um dia antes eles já haviam estado com o secretário-executivo do Ministério da Justiça, Paulo Afonso de Oliveira, que prometeu pôr a Polícia Federal nas investigações dos assassinatos.

Ministro do STF alerta para o direito dos índios

O ministro Celso de Mello reconheceu que, embora o STF não esteja por enquanto envolvido com o caso, a demora na apuração dos crimes cometidos contra os índios xurucus revela que a impunidade ainda é uma realidade muito grave no Brasil.

— Temos que lembrar que a questão da posse de terras indígenas e sua demarcação é um direito dos índios previsto pela Constituição. Logo, é um dever de todos os brasileiros zelar por isso — afirmou o presidente do STF.

Divididos em 23 aldeias, os xurucus começaram a ter sua vida complicada ainda na década de 40, quando o extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI), criado

pelo então presidente Getúlio Vargas, limitou as terras deles — cerca de oito mil pessoas — numa área de seis hectares.

Até 1988, quando um inquérito civil público obrigou a Fundação Nacional do Índio (Funai) a iniciar o processo de demarcação da área original, os xurucus foram, sistematicamente, sendo acoados pelo avanço de grileiros.

Em 1992, o índio José Everaldo Bispo, filho do principal pajé dos xurucus, foi assassinado a tiros numa tocaia.

Dois anos depois, em 1994, logo depois do Ministério da Justiça ordenar a demarcação administrativa da área, o advogado dos índios, Geraldo Rolim Mota, também foi assassinado.

Fazendeiros já contestaram demarcação 272 vezes

O principal suspeito pela morte do advogado, o fazendeiro Teopompo de Brito, foi absolvido sob a alegação de legítima defesa. Em 1996, graças ao Decreto 1.775/96, baixado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, permitindo o contraditório em relação às demarcações, os fazendeiros da área Xucuru apresentaram 272 contestações — todas indeferidas pelo Ministério da Justiça. No mesmo ano, o Superior Tribunal de Justiça acatou um mandado de segurança dos fazendeiros e negou seguimento para recurso no Supremo Tribunal Federal.

A Procuradoria da República em Pernambuco, no entanto, entrou com um novo recurso no Superior Tribunal de Justiça, alegando que o Ministério Público estadual não foi notificado legalmente sobre as ações dos fazendeiros.

— O Governo federal tem que nos ajudar porque, além das três mortes, há uma lista conhecida com 21 nomes de índios xurucus marcados para morrer — denunciou Rosane Lacerda, assessora jurídica do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), órgão ligado à Igreja Católica voltado para os direitos dos índios. ■